

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1011415-55.2016.8.26.0566
Classe - Assunto	Embargos de Terceiro - Posse
Embargante:	Msxveículos Multimarcas Eirelli-me
Embargado:	Original Veiculos Ltda

MSXVEÍCULOS MULTIMARCAS EIRELLI-ME ajuizou ação contra **ORIGINAL VEICULOS LTDA**, pedindo a exclusão do bloqueio judicial sobre o veículo Citroen XSARA Picasso ano 2003 de sua propriedade, indevidamente bloqueado no interesse do primeiro embargado em ação de execução, bem como pelos efeitos da tutela antecipada para o cancelamento da restrição judicial lançada sobre o veículo e a manutenção ou negativa na posse do veículo. Alegou, para tanto, que no dia 23/11/2015 adquiriu do embargado o veículo acima mencionado pelo valor de R\$ 10.200. Entretanto no dia 22/09/2016 ao tentar realizar a transferência do automóvel para si, descobria uma restrição judicial fato este que impedira o usufruto do veículo.

Citada, a embargada apresentou defesa sustentando que agiu de boa-fé ao indicar o automóvel a penhora, pois o mesmo estaria em seu nome ao tempo da execução. Alegou ainda, que a responsabilidade de transferir a propriedade do veículo.

Houve réplica.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A pedido da embargada, Original Veiculos Ltda., decretou-se medida restritiva sobre automóvel de propriedade da embargante, o que justificou a propositura desta ação. Tal medida fora deferida no dia 08 de setembro de 2016, em processo movido contra a alienante, Gomes de Assumpção Comércio de Veiculos Ltda..

Os documentos juntados pela embargante, basicamente o Documento Único de Transferência e a nota fiscal de saída do produto do estabelecimento da alienante (v. Fls. 21), confirmam a alienação ocorrida em 23 de novembro de 2015.

Trata-se de coisa móvel, cuja propriedade se transmite pela simples tradição, ou seja, o registro da venda perante o órgão de trânsito não é atributivo da propriedade,

P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

constituindo mero documento administrativo.

Poder-se-ia cogitar de fraude à execução, pela hipótese de a embargante não ter pesquisa a existência de ações contra a alienante. Sucede que se trata de empresa estabelecida exatamente na compra e venda de veículos. Sucede, também, que a própria embargada descuidou-se de promover a tempo hábil a anotação restritiva perante o órgão de trânsito.

Está evidente que na data da compra do automóvel pela embargante não havia qualquer registro de constrição sobre o bem, não podendo se cogitar a presença de má-fé e, tampouco, o reconhecimento da alegada fraude à execução.

Lembra-se o enunciado da Súmula 375 do Colendo Superior Tribunal de Justiça: “O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente”.

Lembram-se julgados do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

“EMBARGOS DE TERCEIRO Execução Aquisição de veículo no curso da Execução mediante licitação Penhora de veículo - Ausência de restrição no DETRAN à época da alienação Terceiro adquirente de boa-fé Súmula 375 do STJ Precedentes - Recurso provido” (Apelação Cível nº. 0162623-36.2008.8.26.0000, 1ª Câmara de Direito Público, Des. Rel. Luís Francisco Aguilar Cortez, d.j. 29/04/2014).

APELAÇÃO CÍVEL. Embargos de Terceiro. Sentença de Improcedência. Fraude à Execução. Manutenção da Penhora sobre veículo. Inconformismo. Acolhimento. Ausência de registro público da constrição à época das alienações. Terceiro adquirente de boa-fé. Inteligência da Súmula 375 do Colendo Superior Tribunal de Justiça. Sentença reformada. RECURSO PROVIDO para determinar o levantamento da constrição existente sobre o automóvel melhor indicado na Inicial, invertendo-se os ônus sucumbenciais (APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0005722-86.2012.8.26.0101, Rel. Des. Penna Machado, j. 14.12.2016).

Relativamente às despesas processuais, a rigor a embargante deveria responder por elas, porquanto não se pode dizer que o embargado deu causa ao litígio. A anotação restritiva decorreu de uma omissão da embargante. **Mas a embargada defendeu a manutenção da penhora e deu causa ao litígio.**

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, **acolho o pedido** e mantenho a embargante na propriedade e posse livres do bem embargado, cancelando-se a anotação restritiva perante o órgão de trânsito.

Condeno a embargada ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 11 de janeiro de 2017.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA